

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**LUCAS SAMPAIO DE SOUZA**

**A ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA BRASILEIRA EM ANÁLISE:  
AMÉRICA DO SUL x G-3/IBAS**

**Juiz de Fora**  
**2013**

**LUCAS SAMPAIO DE SOUZA**

**A ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA BRASILEIRA EM ANÁLISE:  
AMÉRICA DO SUL x G-3/IBAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharel. Na área de concentração de Direito Internacional Público, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Manoela Carneiro Roland.

**Juiz de Fora  
2013**

**LUCAS SAMPAIO DE SOUZA**

**A ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA BRASILEIRA EM ANÁLISE:  
AMÉRICA DO SUL x G-3/IBAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharel. Na área de concentração de Direito Internacional Público, submetida à Banca Examinadora composta pelos membros:

Juiz de fora,     de                     de 2013

---

Professora Manoela Carneiro Roland

---

Professora Máira Fajardo Linhares Pereira

---

Professor Orfeu Sérgio Ferreira Filho

## DEDICATÓRIA

Em homenagem ao meu pai e minha mãe, que tanto amo, pelos exemplos de justiça e honestidade que me permitiram chegar até aqui e aos meus irmãos, Matheus e Maria Antônia, pelo carinho sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus e a espiritualidade maior pela proteção e o amparo constantes, sem o qual seria impossível conseguir.

Aos meus pais por toda ajuda que me deram ao longo da vida e pelas demonstrações de força, coragem e perseverança que sempre vou guardar no coração como os exemplos para seguir.

Aos meus queridos irmãos, que só por estarem juntos tornaram em companheirismo tornaram o caminho mais fácil.

À minha família e meus amigos que sempre me apoiaram e confiaram na minha capacidade para conseguir.

Em especial à minha professora orientadora, Manoela Carneiro Roland, pela atenção total e suporte na orientação do meu projeto, também pela compreensão das minhas limitações acadêmicas o meu sincero muito obrigado.

Aos demais componentes da banca examinadora, professores Orfeu e Maíra, que tão prontamente aceitaram o meu convite, o meu sincero agradecimento pela atenção dispensada ao meu texto.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para minha jornada até agora.

## RESUMO

O presente trabalho visa promover um estudo da estratégia de potência média brasileira, buscando enriquecer o debate das mudanças que vêm ocorrendo na ordem internacional e de que maneira os formuladores de nossa política externa têm reagido a tais mudanças, bem como as consequências advindas dessas reações. Nos valem da lógica dedutiva traçando inicialmente, em linhas gerais, o conceito de potência média e de sua estratégia para, posteriormente apontar sua adequação ao caso brasileiro, em especial com relação aos processos de integração regional da América do Sul, buscando apontar, finalmente a incongruência da estratégia adotada pelo Brasil a partir do fórum trilateral de cooperação G-3/IBAS.

**Palavras-Chave: Brasil, América do Sul, Integração Regional, Potência Média, G-3/IBAS.**

## **ABSTRACT**

This paper aims to promote a study of Brazilian middle power strategy, seeking to enrich the discussion of changes taking place in the international order and how formulators of our foreign policy have reacted to such changes, as well as the consequences that come with these reactions. We followed the deductive logic mapping initially, in general, the concept of average power and its strategy to later point their suitability to the Brazilian case, particularly with respect to regional integration processes in South America, seeking to identify, finally incongruity of the strategy adopted by Brazil from the forum trilateral cooperation G-3/IBSA.

**Keywords: Brazil, South America, Regional Integration, Average Power, G-3/IBSA.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1. A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2. A QUESTÃO DA COOPERAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL E A ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA BRASILEIRA.....</b>	<b>25</b>
<b>3. O CASO G-3/IBAS, UMA CONTRADIÇÃO EM NOSSA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>41</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a ordem política global tem se transformado profundamente como consequência de um novo contexto internacional. Já não temos mais a divisão do planeta em blocos de apoio político-ideológico aos capitalistas ou socialistas. Já não se pode mais falar na existência dos antigos blocos de suporte estanques que dominaram o contexto mundial desde o fim da Segunda Grande Guerra.

Em razão disso, torna-se cada vez mais importante debater como e de que maneira todas essas mudanças políticas podem significar modificações dos quadros e contextos globais e também como podemos nos beneficiar de melhor maneira das supracitadas mudanças.

Desde o fim da União Soviética em 1991 o Mundo inteiro tem vivido um período de ajustamentos políticos com consequentes e inexoráveis mudanças do *status quo* político.

Apesar da inegável superioridade política dos Estados Unidos da América a estratégia de um Mundo unipolar se tornou inviável em face do surgimento de novos centros de poder político, além da reorganização dos tradicionais centros de força.

A União Europeia e Japão, apesar de terem sido afetados pela crise financeira, ainda são importantes centros de decisão política e que contam com um potente parque industrial e bastante dinamismo econômico se comparados a outros países.

Além disso, a Rússia tem conseguido reorganizar sua economia, após o colapso da URSS, graças, em especial, ao incremento de suas exportações de petróleo e gás natural. A China surge como centro dinâmico de expansão econômica invejável e inigualável também.

Tudo isso aponta claramente para a acomodação política em um Mundo multipolar, em que as potências hegemônicas deverão lidar com novos centros de poder, com os quais terão de aprender a dividir os espaços políticos globais.

Nesse contexto grandes países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil se enquadra, detentores de grandes potenciais naturais, populacionais e até mesmo econômicos que têm sido amplificados pelo aumento exponencial dos processos de globalização, traçam suas estratégias para efetivas mudanças no cenário global e por uma maior conquista de espaço pelas nações que sempre se encontraram à margem dos processos de tomada de decisões políticas do globo.

É exatamente nesse contexto em que se encontra o Brasil. Dentro de uma ordem política em constante mudança o país tem a oportunidade de traçar metas para a democratização desse cenário, passando a atuar na qualidade de novo centro de poder, representante legítimo da região a que se encontra vinculado geograficamente, capaz de fazer valer os interesses políticos e econômicos desses países e de conseqüentemente promover seu desenvolvimento econômico e social.

No presente trabalho buscamos discutir como têm se portado nossos formuladores de política internacional diante desse quadro que delineamos até agora.

Dentro do mundo multipolar buscamos apontar qual é a estratégia do Brasil para a conquista de espaço e poder decisório internacional e se de fato essa será a melhor opção, não apenas para o país, mas também para diversos outros países menos desenvolvidos que hoje se encontram prejudicados pelo contexto internacional consolidado e que também buscam uma democratização dos espaços de decisão do globo, levando em consideração uma série de variáveis relevantes.

O Brasil representa, sem sombra de dúvidas, um daqueles Estados que nomeamos como grandes países em desenvolvimento e tem condições de despontar no cenário internacional multipolar como uma força importante capaz de agir como porta-voz de interesses que não sejam apenas os decorrentes de sua soberania, mas também de outros países.

Assim como Índia e África do Sul, entre outros exemplos, o Brasil representa um grupo de países que no presente trabalho buscamos nomear

como potências médias. Países que detêm um nível de desenvolvimento diferenciado dos demais subdesenvolvidos e que, por esta razão, assumem a liderança dos processos de enfrentamento e mudança da ordem mundial por meio de uma estratégia de conquista de espaço político diversa, ou ao menos deveria ser, daquela costumeira aos tradicionais centros de poder político global e que, justamente por esta razão, se pretende mais democratizante.

Entretanto, mudanças de perspectivas que buscamos apontar ao longo do texto indicam um desvio dos objetivos supracitados nas estratégias desses Estados e nesse sentido para uma profunda incongruência entre os discursos dos formuladores políticos desses países e suas ações práticas.

Buscamos abordar no presente trabalho, tomando por base a doutrina integracionista e de forma bastante superficial, dada a infinidade de questões que podem vir a decorrer dos temas por nós aqui debatidos, exatamente essas incoerências entre o discurso de nossas lideranças diplomáticas e de política externa e suas atitudes, buscando demonstrar, ao fim, o quanto essas incoerências prejudicam não somente nosso país, mas também uma efetiva mudança do cenário político mundial, com a conseqüente conservação do status quo político do planeta.

Assim, abordamos inicialmente o contexto global em que se formaram as chamadas potências médias, indicando dentro da doutrina um conceito claro para a definição do que viriam a ser essas potências médias, com vistas a esclarecer melhor a razão de tal classificação na ordem internacional para que fique mais compreensível o contexto de seu surgimento e qual sua estratégia para alcançar maior espaço dentro do contexto político global.

No capítulo inicial, portanto, buscamos conceituar as potências médias e contextualizar sua estratégia de busca de espaço político no planeta, sempre com vistas tornar mais esclarecedor as incoerências do caso brasileiro.

Já na segunda parte de nosso trabalho caminhamos para uma análise do caso brasileiro, buscando demonstrar a importância dos processos de integração regional para nosso país e para o sucesso de suas estratégias de potência média que possibilitariam não somente ao Brasil, mas também a toda

a América do Sul a conquista de maiores espaços e representatividade de seus interesses na ordem planetária.

Traçamos também, novamente de maneira um pouco limitada, dada a amplitude de temas a serem debatidos, as vantagens comparativas da integração regional para o sucesso da estratégia de potência média do Brasil em diversos setores, desde a economia até o meio ambiente, passando pelo desenvolvimento industrial, o comércio e a defesa.

Apontamos as incoerências e os obstáculos que existem atualmente nos processos de integração de nossa região, dando ênfase aos que são de nossa responsabilidade e que causam sérios e praticamente irreparáveis danos aos nossos interesses dentro do cenário político internacional sem que aqueles que estabelecem os nortes de nossos interesses externos possam mensurar adequadamente.

Salienta-se que para a formulação do presente trabalho partimos sempre da premissa do Brasil enquanto país que se enquadra no conceito doutrinário de potência média, o que não condiz, necessariamente com a opinião dos mandatários de nossa política internacional.

Por fim buscamos estudar o caso G-3/IBAS, o fórum de cooperação entre Brasil, Índia e África do Sul que tem como objetivo a conquista de maiores espaços políticos para os participantes, notadamente para a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse tópico passaremos a delinear aqui um erro de percepção de nossas lideranças diplomáticas e políticas que traz graves consequências para nossas metas de pluralização dos processos de decisão política internacionais.

Uma compreensão da posição brasileira dentro do cenário internacional diversa desta que apontamos de potência média têm levado nossos formuladores de política internacional, assim como o dos demais países do G-3/IBAS, a desvirtuarem suas estratégias de potências médias, passando a se valerem dessas apenas para alcançarem uma posição dentro do grupo dos tradicionais centros de poder.

Em outras palavras, buscamos apontar, como na prática nossa recente estratégia de busca por espaço político tem se chocado com nossos discursos de democratização da política internacional e das instituições globais, na medida em que apenas nos valemos desta estratégia apenas para conquistarmos espaço político em nosso benefício específico, em detrimento de nossos aliados regionais.

Desta forma estamos praticando os mesmos velhos modelos de dominação e imposição de vontades e interesses excludentes com os quais temos convivido nos últimos séculos da história recente da humanidade.

Buscamos, desta forma, apontar que é exatamente essa incoerência que obstaculiza os avanços de nossos interesses na ordem internacional, esvaziam nossa legitimidade enquanto líderes de nossa região e acabam por possibilitar que as tradicionais forças políticas globais mantenham o *status quo* reinante nos dias de hoje.

Portanto, nossas incompatibilidades de estratégia política acabam por contribuir para uma estagnação dos processos de mudanças da ordem global, prejudicando a importante conquista de espaço pelos países subdesenvolvidos.

Em especial, também tentamos tangenciar de que forma poderíamos reverter tal quadro, em especial pelo aprofundamento dos processos de integração regional, através de uma maior contribuição do país para o desenvolvimento da América do Sul, região à qual nos vinculamos não apenas geograficamente, mas também econômica, cultural e historicamente.

Sempre com vistas a reforçar a prioridade com que deva vir a ser tratada a integração da América do Sul dentro de nossas estratégias de política internacional, não apenas por trazer claras vantagens para nossos interesses, mas também, para que desta forma possamos assegurar uma efetiva ampliação dos centros de decisão política global, provocando, desta forma sim uma real mudança dos contextos políticos globais.

Desta forma, nosso trabalho visa, humildemente, apontar que seria importante para nós modificarmos nossa estratégia de política exterior, por meio da priorização da integração regional, para que possamos nos posicionar

de forma mais coerente com nossos discursos e com os interesses dos países que sempre foram alijados das decisões globais e que assim possamos, com efeito, contribuir para modificações democratizadoras em um mundo multipolar.

## 1. A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA

Um importante passo para a definição de uma estratégia de potência média é buscar a definição do que viria a ser uma potência média regional.

Esse é um termo que pode ser usado para definir um número de países, que no atual contexto global, se encontram em condição peculiar, não podendo ser enquadradas dentro do seleto grupo de forças hegemônicas que lideram a geopolítica e a economia global, mas que, entretanto, não se inserem perfeitamente no contexto dos países periféricos, justamente, pois reúnem uma série de características que proporcionam a esses países agir como lideranças regionais, cujos interesses que defendem ultrapassam aos de sua população apenas e que, conseqüentemente, adotam uma estratégia de política internacional diferenciada.

Nesse sentido o professor Daniel Flesmes em seu texto "A Visão Brasileira da Futura Ordem Global" aborda com brilhantismo a indicação das características do que seria uma "Potência intermediária" <sup>1</sup>, termo sinônimo ao de potência média, e como o Brasil se enquadraria nessa definição.

Segundo o Professor a demarcação do que viria a ser uma "potência intermediária" <sup>2</sup> depende, de acordo com a doutrina, de uma série de fatores, que têm sido usados como critérios, como "seus recursos de poder, como suas capacidades militares (WIGHT, 1978, p. 65) ou sua base demográfica e econômica (KELLY, 2004)". <sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> FLEMES, D., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 407. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>2</sup> IDEM.

<sup>3</sup> FLEMES, D. apud WIGHT, M.; KELLY, P., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 407. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

De certo modo a definição de uma “potência intermediária”<sup>4</sup>, ou potência média regional, passa por uma avaliação de exclusão do que seria uma potência hegemônica Global.

Flemes, citando Hurrell, afirma que Potência Hegemônica Global é aquele Estado que reúne como características:

"(1) capacidade de contribuir para a ordem internacional; (2) coesão interna que permite uma efetiva ação estatal; (3) poder econômico, como altas taxas de crescimento econômico ou um amplo mercado; e (4) poder militar, com a habilidade para competir com outras potências dominantes em uma guerra convencional." <sup>5</sup>

Desse modo, por eliminação, identificaríamos uma potência média em razão da sua impossibilidade de preencher os requisitos necessários para que seja possível considerá-la uma grande potência global, seja pela ausência de um mercado interno relevante ou altas taxas de crescimento ou mesmo por não deter amplo poderio militar apto a permitir o ingresso do país em campanhas militares de larga escala entre outros fatores.

Mas, por óbvio, a definição não se basta na mera exclusão do conceito de outras categorias, é preciso definir a potência média através de seus elementos peculiares e mais uma vez o professor Flemes trás importante contribuição destacando que as potências médias são aquelas que reúnem basicamente os seguintes elementos: "(1) é parte de uma região geograficamente delimitada; (2) está pronta para assumir a liderança; (3) ostenta as capacidades necessárias para projeção de poder regional; e (4) é altamente influente em questões regionais." <sup>6</sup>

Assim, o professor Flemes indica os elementos necessários para que um Estado venha a ser considerado uma potência média. Sem dúvidas é válido

---

<sup>4</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407.

<sup>5</sup> IDEM

<sup>6</sup> IBIDEM, p.406.

destacar que os contextos locais influenciam diretamente na importância que cada um desses fatores têm para a configuração do status de potência média em cada país, mas de modo geral todos eles reúnem, em maior ou menor medida todas essas características.

Além disso, torna-se essencial que o país, conforme afirma o professor Daniel Fletes a participação do país nos processos de tomada de decisão regional, bem como a representação dessas decisões diante de fóruns globais.<sup>7</sup>

Esse último fator carrega em si a importância da potência média para os processos políticos da região a que se encontra vinculada, bem como a capacidade de se destacar enquanto representante efetivo dos interesses dessa determinada região do globo no contexto político mundial. Assim a potência média se transforma de fato em defensora de interesses que transbordam aos seus exclusivamente nacionais.

O status de potência média é, de certo modo, um conceito recente com o qual o direito internacional tem de lidar. As potências médias são resultado de processos de fortalecimento de polos mundiais que não aqueles historicamente hegemônicos, como a Europa, os Estados Unidos ou ainda a antiga União Soviética.

As potências médias são os atores globais de um mundo multipolar. São países que apesar de terem um histórico de colonização e dominação estrangeira, que deixou profundos danos sociais como uma forte desigualdade social, concentração de renda e baixos índices de desenvolvimento educacional e tecnológico que os colocam impossibilitados de exercer forte influência política e econômica no contexto global, mas que reúnem elementos que os diferenciam dos demais países da periferia global.

---

<sup>7</sup> FLEMES, D., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 406. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

É exatamente a presença desses fatores que dá aos "grandes países periféricos"<sup>8</sup>, na nomenclatura do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seu livro "Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional", a capacidade de se desligarem, ainda que parcialmente, de seus centros de poder tradicionais e passar a serem fontes geradoras de zonas influência.

Segundo o embaixador, as potências médias podem ser definidas como "aqueles países não desenvolvidos, de grande população e de grande território, não inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos."<sup>9</sup>

As potências médias ganharam destaque nos últimos anos, em especial do pós Guerra-Fria, em contraposição ao mundo unipolar que teria os Estados Unidos como o único centro de poder global.

Sem dúvidas as potências médias não têm poder de assumir o papel hegemônico exercido pelas grandes potências, justamente, pois resta ausente algum daqueles elementos necessários às mesmas.

Potências médias não têm nenhuma condição de obter êxito em um enfrentamento direto com potências globais hegemônicas, falta-lhes o dinamismo econômico e mesmo o potencial militar para fazê-lo, entretanto em um cenário de intensificações de fluxos promovido pelos processos de globalização sem dúvidas elas reúnem elementos que lhes permitem destoar dos demais países periféricos, se tornando assim centros de poderes locais, cuja influência na tomada de decisões ultrapassa suas fronteiras nacionais.

Todos os países que podem ser classificados como potência média têm fatores comuns como uma grande população, o que implica em um grande potencial tanto de mão de obra quanto de um mercado interno, ainda que este se encontre em processo de formação ou amadurecimento, um território consideravelmente grande com grandes fontes de riqueza natural e mineral, o

---

<sup>8</sup> GUIMARÃES, S. P., **Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**, p.17. 4 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

<sup>9</sup> IBIDEM, p. 21.

que tem uma grande relevância na medida em que os coloca como importantes jogadores globais no comércio de commodities.

Segundo o embaixador Guimarães as potências médias se diferenciariam dos demais países da periferia global graças às seguintes características:

"[...] potencialidades para promover maior acumulação de capital, desenvolvimento científico e tecnológico, produção e produtividade, capacidade militar convencional e não convencional, competitividade ampla e diversificada em nível internacional, com menor vulnerabilidade a choques e pressões externas [...]".<sup>10</sup>

Sem dúvidas esses elementos tornam esses Estados mais atrativos aos olhos de investidores estrangeiros e assim as economias desses países, ainda que guardem um acentuado grau de dependência do capital externo, são, sem dúvidas, marcadas por um dinamismo maior do que o dos demais países subdesenvolvidos.

Somados a uma capacidade de se posicionar como líder da região a que se vinculam geograficamente e também a habilidade de influenciarem os processos de tomada de decisão dessa mesma região tais fatores permitem a classificação de determinado país como uma potência média.

Portanto, potência média é o Estado que reúne os elementos necessários para assumir um papel de predominância política sobre uma determinada região, mas que, no entanto, não pode ser considerada uma potência hegemônica global justamente pela ausência de elementos que a configurem como tal, decorrentes de limitações político-econômicas e históricas.

Potência média é aquele, então, país que dentro do cenário global multipolar representa um centro de poder emanador de influência, que tem

---

<sup>10</sup> IBIDEM, p. 23.

potencial de exercê-la sobre uma determinada região geograficamente próxima e até mesmo sobre outras regiões, mas que não tem poder e capacidade de exercê-la sobre o globo como um todo, pois não tem a mesma força que os centros hegemônicos de poder.

Assim, de certo modo, em razão da dinâmica global complexa que deriva do mundo multipolar as potências médias se encontram, inclusive inseridas dentro das esferas de influência das grandes potências globais, ainda que dentro destas gozem de razoável grau de autonomia.

Por conclusão trazemos a brilhante definição do Professor Flemes de que potência média, ou potência intermediária que diz:

"Potência intermediária é um termo usado na disciplina de Relações Internacionais para descrever Estados que não possuem status de grandes potências, mas que possuem influência internacional."<sup>11</sup>

Tendo superficialmente traçado o que viria a ser o conceito de uma potência média, podemos nos voltar agora para uma tentativa de demonstrar qual é a estratégia de política externa de uma potência média.

Cientes de sua condição peculiar no contexto internacional, as potências médias adotam uma política externa igualmente peculiar, que se distingue da dependência visceral e aguda dos países periféricos tanto quanto do exercício independente de poder das potências hegemônicas.

Na definição de Cooper, apresentada por Daniel Flemes a estratégia de política internacional das potências médias pode ser definida pela expressão de língua inglesa "*middlepowermanship*"<sup>12</sup> que, também na definição de Cooper, representa:

---

<sup>11</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.408.

<sup>12</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407. É importante salientar que, conforme o autor afirma a expressão poderia vir a ser traduzida como "comportamento próprio de potências médias", entretanto, assim como na referência original optou-se por manter grafia original da expressão.

"[...] a tendência a buscar soluções multilaterais para problemas internacionais, a tendência a adotar posições de compromisso em disputas internacionais e a tendência a adotar noções de "boa cidadania internacional" para guiar a diplomacia. (COOPER et al., 1993, p. 19)."<sup>13</sup>

Em outras palavras, as potências médias buscam traçar sua política externa mais baseada cooperação institucionalizada, apostando na capacidade de órgãos internacionais de estabelecer um controle sobre a dinâmica política internacional e buscando cada vez mais espaço dentro desses órgãos para que conseqüentemente possam influenciar mais no cenário internacional e, assim, ampliar sua influência global.

É uma estratégia baseada no que Arnold Wolfers, citado por Fledes, chama de "metas de ambiente social"<sup>14</sup>, que "almejam moldar o ambiente no qual os Estados operam." E continua: "Em outras palavras, um senso de "responsabilidade global" (SCHOEMAN, 2003, p. 351) está presente no caso de uma potência intermediária."<sup>15</sup> e que se contrapõem às chamadas "metas de posse",<sup>16</sup> típicas dos Estados Hegemônicos e se caracterizam por uma

---

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>13</sup> FLEMES, D. apud COOPER, A., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 407. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>14</sup> FLEMES, D., apud WOLFERS, A., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>15</sup> FLEMES, D. apud SCHOEMAN, M., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>16</sup> FLEMES, D., apud WOLFERS, A., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

imposição do "interesse nacional por meio da agregação de poder e são características das políticas externas de grandes potências."<sup>17</sup>

Nas palavras de Kaholane trazidas por Flemes as potências intermediárias optam por esta estratégia, pois seus "líderes reconhecem que não podem agir de maneira efetiva sozinhos, mas que podem ser capazes de ter impacto sistêmico em um pequeno grupo ou por meio de uma instituição internacional."<sup>18</sup>

Conforme afirma Flemes, citando Cox<sup>19</sup>, as lideranças políticas e diplomáticas das potências intermediárias preferem optar por uma política de governança global institucionalizada, e conseqüentemente mais ordenada, em detrimento da tentativa de impor seus interesses e sua visão ideológica da ordem global.

Portanto, em resumo, podemos entender a estratégia de uma potência média como uma busca por mecanismos institucionais que permitam a esta a maximização do exercício de sua influencia na esfera global.

Ainda que a dinâmica unipolar ou mesmo bipolar não faça mais parte do cenário geopolítico internacional sem dúvidas os países que compõem o grupo hegemônico de poder no globo se esforçam para evitar a perda de poder e influência estratégica para novos centros de poder e o fazem, pois reúnem importantes elementos tais como uma grande capacidade material e econômica, que dão a eles uma grande capacidade competitiva, além de um grande poderio militar que os colocam em grande vantagem diante de qualquer país em desenvolvimento.

---

<sup>17</sup> FLEMES, D., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>18</sup> FLEMES, D. apud KEOHANE, R., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 408. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>19</sup> FLEMES, D. apud COX, R., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 408. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

Cientes de que não podem fazer frente direta a esses centros tradicionais de poder os países que nomeamos de potências médias, adotam uma política que evita o enfrentamento direto em qualquer frente e busca se valer de uma ampliação da força de instituições internacionais bem como por meio de fóruns informais para que possa haver um aumento da sua ingerência na ordem internacional.

A criação, bem como atribuição de maior força às "regras e instituições de governança global" <sup>20</sup> representam o cerne da estratégia das potências médias, com vistas à promoção de seus interesses através de canais institucionalizados onde o poder e as diferenças competitivas das grandes potências são, senão diminuídas, ao menos colocadas em condições que permitam o florescimento de novos centros de poder com maior força decisória.

Dessa forma as potências médias conseguem se posicionar e realizar suas políticas externas de modo a aumentar suas chances de lograr êxito na consecução de seus interesses dentro do cenário internacional.

Evitando os desgastes de um cabo-de-guerra direto com as grandes potências, em que teriam poucas chances de êxito em razão das grandes vantagens competitivas destas, as potências intermediárias fazem um inteligente uso das instituições internacionais e suas estruturas de governança para maximizarem seu poder de barganha em negociações internacionais e, por consequência, alcançarem, conjuntamente, seus objetivos geopolíticos globais.

Em razão disso, a estratégia de política internacional das "potências intermediárias" <sup>21</sup> não poderia ser outra senão a do fortalecimento dessas instituições internacionais bem como a criação de novos mecanismos institucionais de negociação, para que, assim, tenham elas cada vez mais condições de fazer frente aos interesses hegemônicos das grandes potências.

---

<sup>20</sup> FLEMES, D., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>21</sup> IBIDEM, p. 407.

Visivelmente essa estratégia tem possibilitado às potências médias a serem ouvidas e até mesmo terem seus interesses, ainda que em certa medida, atendidos.

Podemos citar como exemplos de sucesso nessa estratégia os esforços de países como Brasil, Índia e África do Sul, que em conjunto com outras economias emergentes conseguiram a reformulação de fóruns como o G8, que será substituído pelo G20 que "[...] se tornará o novo conselho permanente para cooperação econômica internacional [...]".<sup>22</sup>

“Brasil e a Índia são o quarto e o quinto demandantes mais ativos no mecanismo de solução de controvérsias da OMC”,<sup>23</sup> o que comprova a ampla utilização dos mecanismos de solução de controvérsias pelas potências médias face às potências hegemônicas, com sucesso em muitas dessas disputas, a exemplo da autorização de retaliação dada pelo órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio contra os subsídios dos EUA a seus produtores.<sup>24</sup>

A recente crise econômica nos países desenvolvidos também contribuiu substancialmente para os êxitos recentes dos países emergentes em sua estratégia de *"middlepowermanship"*<sup>25</sup>, entretanto, incoerências nas estratégias adotadas pelos grandes países emergentes, as quais iremos apontar neste trabalho, em especial o caso G3/IBAS (Grupo composto por Índia, Brasil e África do Sul) ainda não permitiram total sucesso desta estratégia.

Em verdade é possível dizer com clareza que a estratégia tradicional de política externa das potências médias tem sido desvirtuada por alguns grandes países periféricos com vistas a alcançar benefícios próprios em detrimento das vantagens coletivas que o *"middlepowermanship"*<sup>26</sup> pode vir a trazer.

---

<sup>22</sup> IBIDEM, p. 415.

<sup>23</sup> IBIDEM, p. 421.

<sup>24</sup> Caso do algodão: OMC autoriza retaliação cruzada em PI e serviços. Pontes Quinzenal. Vol. 4. Número 15. setembro de 2009. **Disponível em** <http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/54931/> >. Acesso em 18 de julho de 2013.

<sup>25</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.407.

<sup>26</sup> IDEM.

Por esta razão nem todos os objetivos traçados pelos países periféricos foram alcançados recentemente, com destaque para o total travamento das negociações da Rodada Doha na OMC desde 2008 e também o insucesso na reformulação total das instituições de Breton Woods, ou seja, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

No presente trabalho objetivamos demonstrar, ainda que superficialmente, o quanto essa mudança na estratégia de política externa nacional pode representar prejuízos ao Brasil, tomando por base a perspectiva de que dadas as suas limitações econômicas, políticas e militares, o país se enquadre no rol das “potências intermediárias”<sup>27</sup>, ou também potências médias, ou ainda, “grandes países periféricos”.<sup>28</sup>

Buscaremos apontar o quanto a não aplicação do “*middlepowermanship*”<sup>29</sup> como modelo de política externa para o Brasil pode lhe trazer perdas na consecução de seus objetivos na ordem geopolítica internacional.

---

<sup>27</sup> IDEM.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 17.

<sup>29</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.407.

## 2. A QUESTÃO DA COOPERAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL E A ESTRATÉGIA DE POTÊNCIA MÉDIA BRASILEIRA

"A América do Sul é a circunstância inevitável, histórica e geográfica do Estado e da sociedade brasileira." <sup>30</sup>. Com essas palavras o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães destaca sucintamente a grande importância que a região desempenha para o desenvolvimento de um país em termos de política internacional, fazendo especial e essencial destaque a relação entre Brasil e a América do Sul.

Nesse momento buscaremos justamente trazer ao debate a relevância que as parcerias regionais têm para a estratégia das potências médias e em especial no caso do Brasil buscaremos apontar o quanto a América do Sul é importante para a consecução de tais objetivos internacionais.

Levando em conta o que já foi falado no capítulo anterior devemos lembrar que a estratégia de "*middlepowermanship*" <sup>31</sup>, característica das potências médias, implica necessariamente em uma aproximação da potência em ascensão de um grupo de outros Estados periféricos, para que se possa viabilizar a política de aprofundamento das relações institucionalizadas entre os Estados que dá às "potências intermediárias" <sup>32</sup> a chance de alcançar êxito em seus pleitos e interesses internacionais.

Isso decorre do fato de a estratégia das potências médias se destacar pela busca de "soluções multilaterais" <sup>33</sup> que acabam por exigir das mesmas uma certa capacidade de articulação de interesses conjuntos com os países próximos a ela.

As "metas de ambiente social" <sup>34</sup> pelas quais se caracterizam a estratégia política internacional das potências médias demandam dessas nações um esforço diplomático para o estabelecimento do maior número de alianças com

---

<sup>30</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p.146.

<sup>31</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.407.

<sup>32</sup> IDEM.

<sup>33</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.412.

<sup>34</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.412.

outros Estados periféricos com que tenham congruências de interesses políticos para que possam em conjunto fazer frente às "estruturas hegemônicas de poder".<sup>35</sup>

Em outras palavras, o que se pretende dizer é que potências médias somente conseguem fortalecer sua estratégia política global na medida em que atuam nos fóruns internacionais em nome de interesses que não apenas os seus.

Incapazes de implementar as "metas de posse"<sup>36</sup>, como já dito anteriormente, tendências políticas características dos países hegemônicos, as potências médias necessitam da cooperação intergovernamental com seus parceiros para conseguir fazer valer seus interesses na esfera internacional e aqui o reconhecimento como uma liderança regional representa um caminho seguro para a consecução de tais objetivos.

Ou seja, por não poder se posicionar no cenário global como uma potência hegemônica as potências médias para que consigam atribuir maior poder de influência bem como avanços em seus interesses políticos, econômicos e militares necessitam se fortalecer criando uma rede de alianças e de representatividade que seja capaz de atribuir às mesmas maior força de barganha internacional em instituições internacionais e fóruns informais.

Uma substancial diferença entre uma potência média e os demais países periféricos é o fato de as primeiras terem força política, econômica e militar para defender interesses que transcendem aos seus exclusivamente nacionais, por assim dizer, as potências médias têm a capacidade de atuarem enquanto representantes de interesses coletivos de nações, ou seja, caminham com maior facilidade para serem representantes naturais de grupos de países periféricos.

Entretanto esta acaba por ser uma via de mão dupla em que a potência média cria importantes conexões com a região que passa a representar,

---

<sup>35</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p.25. É importante destacar que o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães afirma preferir utilizar a expressão "estruturas hegemônicas de poder" em detrimento da expressão "Estado Hegemônico", por entender haver distinção entre essas duas, apontando que a primeira significaria gênero e a segunda espécie desse gênero.

<sup>36</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.412.

conexões estas que uma vez desprezadas ou relegadas ao segundo plano podem colocar toda a sua estratégia de política externa em xeque.

Para o Brasil, a América do Sul representa exatamente essa região onde o país pode exercer sua política de potência média.

Valendo-se de ligações históricas, políticas, geográficas e econômicas o Brasil, mais do que nenhum outro país do mundo, tem plena capacidade de atuar como líder da América do Sul em diversos assuntos estratégicos.

A ligação de todos os países da região sul-americana sob a liderança brasileira tem, sem dúvidas diversas e importantíssimas vantagens para todos, afinal de contas, para os brasileiros a liderança regional correta e reconhecida representa um importante instrumento catalizador de seus potenciais políticos, econômicos e de defesa no globo.

Desta forma, colocado enquanto líder informalmente referendado da América do Sul, o Brasil teria mais força em pleitos internacionais, tanto na defesa dos interesses regionais quanto dos seus nacionais, uma vez que estaríamos tratando não apenas de um importante país, mas também de uma poderosa liderança regional.

Por seu turno para os demais países do subcontinente sul-americano a liderança do Brasil pode ser extremamente útil, funcionando como uma espécie de guarda-chuvas em face de eventuais vulnerabilidades estruturais e conjunturais.

A cooperação regional é possível em diversos níveis, como a cultura e o turismo, mas também e especialmente a economia, que possibilitaria a formação ou o aprofundamento de grandes áreas de mercado comum e de zonas de preferência tarifária essenciais para um fortalecimento dos mercados internos e conseqüentemente a gradual diminuição dos riscos da dependência de importações de outras regiões, que acabam por gerar déficits nas balanças de pagamento desses países.

A cooperação industrial, através de mútuos investimentos das empresas, também aponta para esta dupla vantagem tanto ao Brasil quanto a seus

vizinhos, pois para o primeiro é um forma de ampliação da sua influência industrial e sua capacidade econômica.

A América do Sul já é o destino preferencial dos recursos aportados por empresas brasileiras no exterior, chegando em 2009 à considerável cifra de US\$ 20 bilhões (vinte bilhões de dólares)<sup>37</sup>, o aprofundamento da integração regional permitiria a criação de um ambiente mais propício a esses investimentos e a consequente maximização desses valores.

Para os demais representa uma forma de se livrar dos maléficos danos de uma profunda sujeição a capitais externos oriundos dos grandes centros políticos globais que são uma das mais sensíveis formas de perpetuação da dominação econômica destes sobre aqueles.

A liberdade dos Estados periféricos da submissão de suas economias ao capital externo, via de regra, especulativo, vindo das potências hegemônicas representa, sem dúvidas, um passo essencial para sua desvinculação das zonas de influência destas potências e uma consequente maior independência política em diversas esferas internacionais.

O ex-Primeiro Ministro britânico Benjamin Disraeli disse certa vez que "As colônias não deixam de ser colônias apenas porque se tornaram independentes"<sup>38</sup> e sem dúvidas o ex-Premier estava se referindo à força que a dependência econômica gera nos países periféricos e, por isso é fundamental que ocorra, no máximo possível, a ruptura de tais laços para a garantia da independência política das nações periféricas, sendo que a integração regional pode desempenhar papel importantíssimo nesse sentido conforme dissemos acima.

---

<sup>37</sup> Dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.6-america-do-sul-comercio-investimento/view](http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.6-america-do-sul-comercio-investimento/view)>. Acesso em 23 de julho de 2013.

<sup>38</sup> Frase atribuída ao Ex- Primeiro Ministro Britânico que pode ser encontrada no *The Annual Register of World Events: A Review of the Year - Página 20, de Edmund Burke - Publicado por Longmans, Green, 1864*. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=fMUHAAAIAAJ&pg=PA20#v=onepage&q&f=false>>. A frase original em inglês é: "Colonies do not cease to be colonies because they are independent.". Disponível em: <[http://pt.wikiquote.org/wiki/Benjamin\\_Disraeli](http://pt.wikiquote.org/wiki/Benjamin_Disraeli)>. Acesso em 23 de julho de 2013.

Além disso, os mútuos investimentos produtivos aumentam a circulação de riquezas intrarregionais, o que diminuiria a evasão de divisas e capitais, o que é fundamental para se conseguir resultados positivos na balança de pagamentos internacionais. Sem contar que o enorme poder de criação de empregos, sendo forte mecanismo de desenvolvimento social sustentável.

Quanto ao comércio, os países da América do Sul já guardam entre si profundos laços, entretanto não restam dúvidas de que o aprofundamento dos processos de integração existentes permitiriam a quebra de barreiras e a criação de uma efetiva zona de livre comércio e circulação de riquezas.

A cooperação também pode se fazer presente no âmbito da ciência e tecnologia e aqui as possibilidades são inesgotáveis indo desde a transferência de mão-de-obra qualificada até a formação de centros de pesquisa conjuntos para o desenvolvimento de novos produtos que implicariam na natural redução da dependência dos tradicionais centros difusores de tecnologia, seria útil para o fortalecimento do parque industrial, tanto convencional quanto o militar, auxiliaria na qualificação da mão-de-obra e também no aumento da renda média do trabalhador por efeito natural, seria responsável pelo aumento do valor agregado de nossas exportações além de reduzir a necessidade de importações.

Na política a cooperação e integração regional seriam extremamente úteis uma vez que representam o caminho mais sólido para o fortalecimento dos países periféricos integrados.

Ao Brasil, no papel de liderança natural, enquanto potência média seria fundamental para a ampliação de seus poderes em face das grandes "estruturas hegemônicas de poder"<sup>39</sup>.

O país agiria não apenas em nome de seus interesses, mas defenderia toda a sua região, tendo os valores em questão, tanto populacionais quanto econômicos e territoriais maximizados. Assim, encontraria nos demais países do mundo eco em seus pleitos a exemplo de sua proposta pela reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

---

<sup>39</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p.25.

Isso colocaria a liderança do país em evidência o que fortaleceria suas posições em fóruns mundiais estabelecendo-se uma área de influência distinta da dos grandes centros de poder político do globo, em especial dos Estados Unidos, em face de quem o Brasil também veria sua sensível redução da influência. Portanto, é de se dizer que dessa forma os pleitos brasileiros ganhariam maior credibilidade e efetividade internacional.

Por outro lado, para os demais países da América do Sul a assunção de uma postura de “potência intermediária”<sup>40</sup> por parte do Brasil, através do “*middlepowermanship*”<sup>41</sup> significaria uma maior representatividade de seus interesses uma vez que estariam se desvinculando dos tradicionais centros de poder, acostumados à imposição de seus interesses como desejos e se vinculando a uma “potência intermediária”<sup>42</sup> que atuaria dentro de uma lógica de “senso de responsabilidade global”<sup>43</sup>, ou seja, que não massacraria os interesses daqueles a que se encontra associado.

Portanto, para os demais países periféricos da América do Sul a integração regional sob a liderança do Brasil implicaria politicamente também em uma ampliação de seu poder e influências internacionais, ainda que indiretamente.

Nesse sentido a atuação do Brasil seria não apenas a de um líder, mas, também, de um porta-voz de toda a região a que se encontra vinculado. Assim, seria capaz de funcionar como uma liderança política benéfica para toda a região e não apenas para seus interesses internos e com isso estaria atuando de forma condizente com a estratégia de política internacional das potências intermediárias.

Também corrobora para esse entendimento o sábio ensinamento do professor Félix Peña, confirma a importância estratégica da integração regional, citando especificamente o MERCOSUL, afirmando que são diversas

---

<sup>40</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407.

<sup>41</sup> IDEM.

<sup>42</sup> IDEM.

<sup>43</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 412.

“as contribuições que os países do Mercosul farão, atuando em conjunto, sobre questões relevantes da agenda global, tais como o futuro desenvolvimento do G20, a conclusão da Rodada Doha no âmbito da OMC e os acordos em matéria de mudança climática.”<sup>44</sup>

Haveria, por assim dizer, uma superação da crise de representatividade que os Estados periféricos encontram na ordem internacional, uma vez que os grandes centros de poder apenas atuam na defesa de seus interesses.

No contexto militar e de defesa a integração regional é extremamente importante na medida em que implicaria no estabelecimento de mecanismos de proteção mútua em face das ameaças estrangeiras, além de poder funcionar como instrumento de desenvolvimento conjunto de novas tecnologias militares, através do estabelecimento de políticas industriais e de pesquisa militares comuns.

Por conseguinte, os países da América do Sul estariam mais bem preparados para eventuais enfrentamentos contra aqueles que possam vir a se tornar uma ameaça, por terem algum interesse em nossas riquezas naturais, ainda que a possibilidade de um confronto armado na região seja remota.

Junto a isso, podemos destacar que uma maior cooperação entre as forças armadas da América do Sul pode significar, para além do aumento da capacidade de defesa no caso de um conflito convencional, um aumento exponencial da capacidade dos Estados da região de combater outras ameaças, essas sim reais e atuais, como o narcotráfico, a exploração ilegal da fauna e flora, o terrorismo e as guerrilhas, em especial na região amazônica.

Sem dúvidas, uma maior cooperação militar traria também como subproduto uma diminuição do poder de influência militar dos Estados Unidos na região, vez que a instalação de bases e acordos de cooperação militar com

---

<sup>44</sup> PEÑA, F. **Uma perspectiva sobre o futuro do Mercosul**. p. 104. In: Política Externa. Ed. Paz e Terra. São Paulo. Vol. 20. nº 1. junho/julho/agosto, 2011. p. 99-106.

o "Grande Irmão do Norte" <sup>45</sup>acabariam por ser colocados em segundo plano pelos países da região.

Além disso, a integração regional pode, será fundamental diante de novas demandas globais tais como as que dizem respeito ao meio ambiente.

A América do Sul é sem dúvidas uma das partes do globo com maior biodiversidade a ser preservada, como o Aquífero do Guarani, que "é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo." <sup>46</sup>e se divide entre os territórios do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e a Floresta Amazônica e sua incomparável diversidade.

Sem dúvidas a cooperação entre os países é fundamental no combate ao desmatamento ilegal, vez que a combinação de inteligências pode permitir um melhor rastreamento das rotas de escoamento de madeira ilegal e do tráfico de animais e também pode ser útil contra interferências externas como expedições sem autorização de pesquisadores estrangeiros, o que acaba se tornando uma questão de segurança nacional.

Ademais, cada vez mais se torna essencial o estabelecimento de políticas de institucionalização da cooperação internacional na defesa do meio ambiente e não restam dúvidas que não há cooperação mais relevante para nós nesse tema do que com os nossos vizinhos.

Os processos de integração da América do Sul apontam sem dúvidas para importantes avanços que seriam benéficos para todos os países da região e indiscutivelmente desempenhariam papel fundamental dentro da estratégia de potência média do Brasil, vez que permitiriam que o país exercesse aqui sua postura de "*middlepowermanship*" <sup>47</sup>.

Em outras palavras, a América do Sul daria ao Brasil a base de que necessita para reverberar suas posições e seus interesses no cenário político internacional com maior força e efetividade.

---

<sup>45</sup> Referência popularmente utilizada no Brasil para definir os Estados Unidos da América que aqui aproveitamos para tentar dar maior fluidez ao texto.

<sup>46</sup> Artigo sobre o Aquífero do Guarani no site do Departamento Autônomo de Águas e Esgoto de Araraquara. Disponível em: <<http://www.daaearaquara.com.br/guarani.htm>>. Acesso em 27 de julho de 2013.

<sup>47</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407.

No mundo multipolar que se afigura para a formação das potências médias é fundamental que cada uma delas atue não somente em favor de seus interesses, mas também em nome de uma coletividade de nações que se encontram a elas intimamente ligadas, pois se assim não o fizerem não terão forças suficientes para se colocarem frente à frente com as "estruturas hegemônicas de poder" <sup>48</sup> que irão constantemente buscar o reforço de suas posições tradicionais.

O enfrentamento ao *status quo* da política internacional demanda dos Estados que aqui denominamos de potências médias ou mesmo "grandes países periféricos" <sup>49</sup> ou ainda potências médias regionais que se coloquem como forças atuantes em nome de demais países periféricos, em uma atuação conjunta e coordenada que atribua maior força política a suas posições e, com isso, conseqüentemente maiores condições de sucesso em seus pleitos internacionais.

As estratégias de política internacional de países caracterizados como potências médias, para o sucesso, dependem da criação e do aprofundamento das conexões que estes tenham com outros Estados periféricos e para o Brasil não existe, devido às inúmeras ligações e pontos de convergência possíveis, opção melhor do que a América do Sul.

Entretanto, é preciso compreender que essa não é uma posição consensual e que, por esta razão o país e sua elite política e diplomática não enxergam a região em que se encontram dessa forma e existem obstáculos aos atuais processos de integração que dificultam profundamente o sucesso dessa estratégia que apontamos, humildemente como de bom retorno para o Brasil.

A diplomacia brasileira dividiu-se historicamente em dois momentos bastante distintos um deles, inicial, com profundas vinculações a potências hegemônicas, tais como o Reino Unido, no Século XIX, e os Estados Unidos, a partir da Primeira Grande Guerra. Nesse contexto as relações com a América do Sul foram difíceis e de mútua desconfiança, vale citar como exemplo a

---

<sup>48</sup> GUIMARÃES, S.P., Op. cit., p.25.

<sup>49</sup> GUIMARÃES, S.P., Op. cit., p.17.

Guerra do Paraguai, as inúmeras intervenções no Prata e os conflitos para a conservação do Acre.

Entretanto, nos últimos anos, em especial nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve uma profunda mudança de percepção, muito em razão pelas mudanças de contexto da ordem internacional no pós Guerra Fria, passamos a adotar uma estratégia de integração Sul-Sul marcada por avanços como a criação de fóruns como o G-3/IBAS (Grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul), do qual trataremos no próximo capítulo, e os BRICS (Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e que recentemente recebeu a adesão da África do Sul).

Essa guinada recente também trouxe uma modificação de nossas posturas com relação à América do Sul, em especial com novos olhares para nossos mais tradicionais aliados do MERCOSUL, entretanto também com novos esforços de integração, como a UNASUL.

Porém, como destacam as professoras Camila Baraldi e Deisy Ventura esses processos de integração têm muito mais relevância retórica do que efetividade prática e acabam por se perder em discursos vazios.<sup>50</sup>

As professoras Baraldi e Ventura definem com enorme clareza a situação dos processos de integração da América do Sul quando nos diz:

"As decisões anunciadas em sucessivas cúpulas são auspiciosas, mas parecem dissolver-se no ar. Permanecem velhos conflitos, estratégias desconstruídas e travas burocráticas, que confundem até mesmo o mais integracionista dos cidadãos."<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> BARALDI, C; VENTURA, D., **A UNASUL e a nova gramática da integração sul-americana**. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/17386/>>. Acesso em 27 de julho de 2013.

<sup>51</sup> IDEM.

Sem dúvidas, na condição de nação mais influente da região o Brasil é o país que mais perde quando coloca em segundo plano os projetos de integração regional como vem fazendo recentemente.

É preciso avaliar que em parte isso se deve a uma percepção que a elite diplomática de nosso país tem acerca de nosso papel no mundo atual. Muitos nos veem como potências em pé de igualdade com os centros tradicionais de poder do globo e por isso adotam posturas características de potências centrais, como as metas de posse, colocando de lado as estratégias de potência intermediária de lado.

Assim, os processos de integração regional ficam obstaculizados e envoltos em um difícil contexto que acabam por fazer ressurgir antigas dúvidas e dificuldades na interligação que levam outros países a procurarem alternativas.

Apesar do sucesso contra a ALCA, que fez com que a América do Sul evitasse "[...] o risco de dissolução no bojo da hegemonia econômica norte-americana."<sup>52</sup> recentemente acordos bilaterais de livre comércio de países como o Chile e o Peru com os Estados Unidos demonstram a incapacidade de se apontar vantagens substanciais para os processos de integração regional da América do Sul.

Isso em parte se deve a uma ausência de liderança efetiva do Brasil nesse processo, vez que o país tem se valido mais da região para a obtenção de vantagens individuais do que de fato implementado processos construtivos de aprofundamento da integração regional.

A criação de novas instituições, como a UNASUL, apesar de parecerem importantes passos para o fortalecimento dos processos de integração demonstra de forma subjacente a tendência das elites políticas regionais de se manterem unidas apenas na retórica.

Com isso a estratégia de potência média brasileira se demonstra profundamente prejudicada uma vez que o país deixa de ser visto por seus

---

<sup>52</sup> IDEM.

pares regionais enquanto um líder capaz de atuar na defesa dos interesses dos demais países da região.

A perda de legitimidade que o Brasil enfrenta em sua liderança na América do Sul inviabiliza a implementação de uma política consistente de "metas de ambiente social" <sup>53</sup> e força o país a enfrentar ciclos viciosos de afastamento da América do Sul.

É preciso urgentemente realizar mudanças em nossa diplomacia para com nossa região, mas para isso o país necessita deixar de lado a postura passiva com que conduz suas relações regionais.

É preciso que o país se valha da posição mais privilegiada que tem para reduzir ao máximo possível as disparidades existentes entre eles e os demais países da região.

No plano internacional o Brasil será inexoravelmente o país que mais se beneficiará do aprofundamento dos processos de integração regional, pois poderá por em prática uma estratégia de "*middlepowermanship*" <sup>54</sup> que dará ao país mais poder de fogo institucional para fazer valer seus interesses em fóruns internacionais.

Assim, é de se esperar que o país atue de forma a implementar maiores benefícios aos países que a ele se vinculam para que possa haver um legítimo desejo por parte desses de atribuir ao Brasil a posição de porta-voz de seus interesses e vontades.

Em outras palavras, a integração regional da América do Sul somente terá sucesso, em razão das assimetrias existentes, caso o Brasil assumam os custos da mesma. Implementando programas de investimentos e vantagens comerciais a seus parceiros que tragam a ele uma boa razão para se vincularem à liderança política e econômica do país.

Nas palavras do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello:

---

<sup>53</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.412.

<sup>54</sup> FLEMES, D., Op. cit., p.407.

"O combate às assimetrias, às diferenças entre os níveis de desenvolvimento entre os membros do Mercosul, deve, do ponto de vista brasileiro ser objeto de políticas de longo alcance. **O Brasil pode, e deve, ter como política de Estado a promoção do desenvolvimento de seus parceiros.**"

<sup>55</sup>(Grifo Nosso)

Para efeitos de compreensão, os processos de integração na América do Sul, em especial no que tange ao Brasil, despontaram para duas principais instituições, o MERCOSUL e a UNASUL.

O Mercado Comum do Sul, ou MERCOSUL, surgiu a partir do Tratado de Assunção, assinado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai no dia 26 de março de 1991<sup>56</sup> tendo como razões para sua criação dois aspectos centrais da política regional.

O primeiro deles relativo a uma busca por um aprofundamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, que vinha ocorrendo desde meados da década de 1980, com vistas a promover um incremento do comércio e a superação de tradicionais dificuldades existentes entre os países para que fosse possível a criação na região de um bloco, sempre levando por base "[...] a importância da consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais."<sup>57</sup>

O segundo aspecto relacionado a uma resposta regional dada aos Estados Unidos e seus processos de integração de toda a América. Com o fim da Guerra Fria e todo o contexto multipolar que vinha se desenhando no mundo a diplomacia norte americana buscou avaliar junto à sua tradicional área de influência o estabelecimento de um processo de integração mais robusto, que se iniciou com as propostas da Iniciativa para as Américas (IPA),

---

<sup>55</sup> COLLOR, F.. **Mercosul: da concepção à consolidação institucional**. p. 96. In: Política Externa. Ed. Paz e Terra. São Paulo. Vol. 20. nº 1. junho/julho/agosto, 2011. p. 91-97.

<sup>56</sup> IBIDEM, p. 92.

<sup>57</sup> IBIDEM, p. 91.

que foi a primeira ação “[...] de caráter multilateral e alcance continental no período [...]”.<sup>58</sup>

A IPA culminou, em seu viés comercial numa proposta de livre comércio entre os Estados Unidos e os demais países do continente, exceto Cuba, que viria a ser o embrião da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).<sup>59</sup>

Visando uma frente às propostas norte-americanas de integração continental Brasil e Argentina acharam por bem iniciar processos de integração sub-regional, em parte por não conseguirem identificar nas propostas concebidas pelos Estados Unidos vantagens competitivas e em parte por também reconhecerem que isoladamente não teriam condições de obstaculizar às pressões da diplomacia norte americana.<sup>60</sup>

Entretanto, é de se salientar que, como afirma o ex-presidente Fernando Collor de Melo:

“a ideia do Mercosul não se limita à racionalidade econômica. Embasa-se na vontade dos povos, no entendimento e na solidariedade. Não se trata apenas de negociar tarifas, mas, em visão maior, de se integrar para se desenvolver, para enfrentar vicissitudes do cenário internacional com mais força e capacidade de atuação. A união visa a melhorar a inserção internacional, a aumentar o poder de barganha nos foros comerciais.”.<sup>61</sup>

Em outras palavras, o que se quer dizer é que historicamente o MERCOSUL não foi criado unicamente para ser um foro de discussões de cunho econômico e comercial, mas também como um instrumento político de maximização das forças de barganha de seus membros em foros

---

<sup>58</sup> VAZ, A. C.. **O Brasil e o Sistema Interamericano: dos anos 1990 até o presente**. p.47. In: Relações internacionais do Brasil temas e agendas. LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. de, organizadores. Ed. Saraiva. São Paulo. Vol. 2. 2006. p. 43-73.

<sup>59</sup> IBIDEM, p. 47-52.

<sup>60</sup> IDEM.

<sup>61</sup> COLLOR, F., Op. cit.,93.

internacionais, ou, por assim dizer, como mecanismo da implementação efetiva de uma política de "metas de ambiente social".

Historicamente o bloco ampliou imensamente sua importância, em especial no aprofundamento das relações comerciais, com destaque para as relações bilaterais entre Brasil e Argentina. Assim tornou-se parte essencial das equações de política internacional de seus membros e isso não é diferente para o Brasil.

Corroborando para tal entendimento o que o professor Hélio Jaguaribe diz na introdução do livro do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "Quinhentos Anos de Periferia":

"Mais do que um mercado comum, o Mercosul é o principal instrumento para a promoção dos interesses internacionais de seus partícipes e exerce um imenso efeito multiplicador sobre a influência que cada um deles - inclusive o Brasil - poderia individualmente ter no sistema internacional".<sup>62</sup>

Já a UNASUL representa um esforço mais recente do governo brasileiro de promover a integração regional, com tratado de criação assinado em maio de 2007<sup>63</sup> o bloco passa a funcionar como mais uma das instituições que visam à promoção da integração regional da América do Sul.

A efervescência de instituições existentes que visem a integração regional pode nos parecer maturidade de tais processos, entretanto, como alertam de maneira bastante clara as professoras Deisy Ventura e Camila Baraldi, esse contexto aponta muito mais para uma diplomacia de retórica do

---

<sup>62</sup> JAGUARIBE, H., p. 12. In: **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. GUIMARÃES, S. P.. 4ª ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Da UFRGS/Contraponto, 2002. p. 9-14.

<sup>63</sup> BARALDI, C; VENTURA, D.,. **A UNASUL e a nova gramática da integração sul-americana**. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/17386/>>. Acesso em 27 de julho de 2013.

que de fato para ações concretas que apontem para o aprofundamento dos processos de integração regional<sup>64</sup>.

Como buscaremos apontar no próximo capítulo isso se deve em parte a um mau uso das oportunidades políticas na América do Sul pelo Brasil, um desvirtuamento da política de potência média, que acaba por se configurar em política de implementação de "metas de posse" <sup>65</sup>, que desvirtuam os processos de integração levando-os a fins inócuos e sem sentido, criando desconfianças e inviabilizando um projeto maior de construção política de uma América do Sul integrada com maior poder de barganha e influência dentro do cenário global.

Assim, ainda que tenhamos inúmeras instituições à disposição dos países que busquem a integração regional ela somente será efetiva e benéfica a todos quando o Brasil, na posição de liderança regional assumir as responsabilidades inerentes à sua posição, trazendo à baía das negociações regionais uma real política de cooperação sul-americana que concretize sua política de potência média e legitime de uma vez por todas sua liderança local.

---

<sup>64</sup> IDEM.

<sup>65</sup> FLEMES, D., Op. cit. p. 412.

### **3. O CASO G-3/IBAS, UMA CONTRADIÇÃO EM NOSSA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA**

As demandas globais são cada vez mais diversas, a construção do mundo multipolar exige dos partícipes que desejem se posicionar com maior influência e poder de articulação novas alianças. O engendramento de novas parcerias é importante para países como o Brasil que buscam ampliar seu peso no cenário político internacional.

As exigências da globalização, a importância de se buscar a ampliação de parcerias estratégicas no comércio, a busca pelo aumento da competitividade da economia, a preocupação com o fortalecimento de suas forças de defesa, a reforma das grandes instituições internacionais, assim como os esforços para o estabelecimento de uma agenda coletiva em prol do desenvolvimento social e combate à pobreza e às demandas recentes relativas à sustentabilidade e ao meio ambiente são, entre outras, as razões apontadas pela diplomacia brasileira para a implementação e aprofundamento da integração SUL-SUL, cujo cerne se configura em iniciativas como o G-3.

O G-3 se apresenta como um Fórum informal formado por Brasil, Índia e África do Sul e representa que se uniram com vistas à consecução de alguns objetivos comuns dentro do cenário internacional.

Na visão do professor Paulo Fagundes Vizentini:

"O Fórum trilateral Índia-Brasil-África do Sul, iniciando oficialmente em junho de 2003, consiste na articulação estratégica entre os três países que formaram um novo grupo de coordenação conhecido como IBAS, IBSA (em inglês) ou G-3. No encontro os três países acordaram a defesa dos seguintes princípios: a importância do respeito às regras de direito internacional, do fortalecimento da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança e da

prioridade ao exercício da diplomacia como meio para a manutenção da paz e da segurança internacionais." <sup>66</sup>

Obviamente a criação do G-3 se deu em razão da existência de inúmeros pontos de convergência entre os países que o constituíram, conforme afirma o próprio chanceler brasileiro ao tempo da formação do bloco, Ministro Celso Amorim, citado pelo professor Vizentini:

"Porque são três países, cada um de uma das regiões do mundo em desenvolvimento: Ásia, África e América Latina. São três democracias; são três países que têm um importante papel a desempenhar em suas respectivas regiões; são três países democráticos, países em que a democracia tem um forte papel na sua vida política; são países que têm também problemas sociais, mas que estão dispostos a enfrentá-los; e são países que têm também visões muito semelhantes em muitos temas multilaterais, e, quando não em absolutamente todos, a perspectiva que nós temos é, sem dúvida alguma, muito semelhante. Então, era preciso transformar esse coincidência virtual numa cooperação real. Eu acho que é isso que essa reunião desses três países do Sul visa a criar." <sup>67</sup>

Em outras palavras, fóruns como o G-3, ou IBAS, nada mais são do que reflexos de uma nova arquitetura geopolítica global em que os países que recentemente passaram a ganhar maior notoriedade em razão da multipolaridade passam a cobrar maior espaço no cenário global através de uma atuação conjunta.

Como afirma o próprio professor Vizentini:

---

<sup>66</sup> VIZENTINI, P. F., **O G-3 E O G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. p. 182-183. In: *Relações internacionais do Brasil temas e agendas*. LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. de, organizadores. Ed. Saraiva. São Paulo. Vol. 2. 2006. p. 159-193.

<sup>67</sup> VIZENTINI, P. F. apud AMORIM, C., **O G-3 E O G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. p. 184. In: *Relações internacionais do Brasil temas e agendas*. LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. de, organizadores. Ed. Saraiva. São Paulo. Vol. 2. 2006. p. 159-193.

"[...] são resultado de uma contínua e flexível busca de espaço de atuação internacional por parte da diplomacia brasileira e resultam de uma leitura realista das mudanças em curso no sistema mundial. Representam, também, uma forma de contínua adaptação de uma estratégia voltada ao apoio, ao desenvolvimento e mais discretamente, de ampliação do poder nacional." <sup>68</sup>

O IBAS é, portanto, o resultado da busca das novas potências emergentes, vindas dos países em desenvolvimento, por maior espaço dentro da dinâmica política internacional. O fim da Guerra Fria e o advento do multilateralismo global não têm sido acompanhados pelas instituições internacionais e, além disso, as "estruturas hegemônicas de poder" <sup>69</sup> buscam a todo custo a manutenção do quadro político existente na política internacional.

Dessa forma, tornou-se patente para as novas potências emergentes a busca conjunta por um reordenamento amplo da política externa do novo mundo multipolar.

Segundo o professor Vizontini as conclusões a que chegaram os ministros dos países do G-3 já nos seus primeiros encontros apontam justamente para esse caminho, como diz: "Eles enfatizaram que os países em desenvolvimento precisam ter a sua própria agenda para estabelecer suas metas no contexto do mundo globalizado." <sup>70</sup>

Portanto, o estabelecimento de fóruns como o G-3 faz parte da estratégia do Brasil, da Índia e da África do Sul, enquanto países emergentes com maior avanço político e institucional, para buscarem uma ampliação de seu espaço dentro do cenário mundial multipolar, que se materializa justamente dentro do maior interesse político do bloco, qual seja, o de uma reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que permita sua inclusão como membros permanentes.

---

<sup>68</sup> VIZENTINI, P. F., Op. cit., p. 159.

<sup>69</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

<sup>70</sup> VIZENTINI, P. F., Op. cit., p. 187.

Tudo isso fica bastante claro quando se analisa os objetivos apontados pelos ministros para a formação do IBAS que podem ser definidos dentro de cinco temáticas centrais, quais sejam:

"1) uma globalização mais justa e equitativa; 2) a ampliação da representação dos países do Sul no Conselho de Segurança da ONU; 3) a defesa e manutenção do G-20; 4) a integração econômica Sul-Sul; e 5) o intercâmbio de projetos sociais e ambientais."<sup>71</sup>

Ou seja, o G-3, enquanto fórum trilateral representa parte da estratégia de países emergentes para mudar os rumos da política internacional visando uma maior representatividade para os mesmos para que possam implementar suas agendas políticas e sociais no planeta.

Num mundo multipolar e globalizado, em que cada vez mais países têm níveis elevados de desenvolvimento industrial e até mesmo tecnológico tais fóruns representam um mecanismo que tais centros emergentes de poder têm para que possam externar sua cobrança ante os tradicionais centros de poder ou, como diz o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "estruturas hegemônicas de poder"<sup>72</sup>, para que ocorra uma modificação dos espaços de poder global e que as demandas dos países em desenvolvimento possam vir a ter maior repercussão e conseqüentemente virem a ser atendidas.

Nesse sentido tal associação aparenta-se mostrar de grande valor para uma mudança dos arranjos políticos internacionais, entretanto, nos parece, humildemente, que é preciso avaliar com cuidado as intenções subjacentes a tal estratégia dos corpos diplomáticos e políticos da tríade para que possamos determinar se de fato existe aqui algum interesse de modificar o quadro político internacional com conseqüências benéficas para todos os países do mundo subdesenvolvido ou meramente a vontade desses países de terem seus

---

<sup>71</sup> IBIDEM, p. 189.

<sup>72</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

interesses internacionais atendidos, passando assim esses países a fazer parte de um novo conjunto das "estruturas hegemônicas de poder" <sup>73</sup>.

É de se dizer, os objetivos finais do IBAS são de fato o uma democratização dos espaços de representação política do planeta, com uma conseqüente mudança nos rumos da condução da política internacional com vistas a assegurar uma maior presença de políticas voltadas ao enfrentamento das causas sociais, em especial o combate à pobreza e à fome, do desenvolvimento sustentável ou mesmo de busca da paz? Ou apenas desejam eles a conquista de maior espaço no contexto internacional para, unicamente, que seja possível a consecução de seus fins políticos?

Infelizmente, nos parece aqui que estamos diante de uma resposta positiva à segunda pergunta. Em nossa humilde opinião parece que a estratégia recente de política internacional adotada pelo IBAS nada mais é do que um desvirtuamento das "metas de ambiente social" <sup>74</sup>, como já dito, características das potências médias regionais, que são Brasil, Índia e África do Sul com vistas ao estabelecimento de efetivas "metas de posse" <sup>75</sup>, que permitam a esses Estados transitar da posição de potências médias para a de potências hegemônicas.

Isso se deve, em parte e em especial no caso do Brasil, que para este estudo é o que nos interessa, a um desvio de percepção que tem a elite diplomática e política acerca da posição que ocupa o país dentro do contexto político internacional. Conforme aponta o professor Daniel Flemes: "[...] concepção ideal de ordem global de Brasília depende também de sua auto percepção como uma potência regional, intermediária ou grande." <sup>76</sup>

Nessa mesma linha o professor Vizentini aponta que

"[...] o País se considera protagonista de mesmo nível (aos países ricos), com capacidade de negociação e portador de um projeto que

---

<sup>73</sup> IDEM.

<sup>74</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 412.

<sup>75</sup> IDEM.

<sup>76</sup> IBIDEM. p. 405-406.

pode, inclusive, contribuir para inserir a agenda social na globalização. Isso capacita o País para iniciativas como o ingresso em um Conselho de Segurança da ONU reformado, como membro permanente." <sup>77</sup>

O que fica claro é que na verdade existe uma percepção política da diplomacia brasileira, em especial nos últimos anos, dos governos Lula e Dilma, que aponta para uma crença de que o país estaria mais bem situado no quadro internacional como uma potência grande e que em razão disso faria jus a um maior espaço dentro das instituições internacionais e dentro do próprio contexto internacional.

Assim, ainda segundo o professor Daniel Fledes:

"O Brasil ainda não se qualifica para um lugar no rol das grandes potências, todavia seu governo não está disposto a ser classificado junto com o "resto medíocre" e está buscando fortalecer sua influência e prestígio, com vistas a se tornar uma grande potência na futura ordem global. Se essas premissas estiverem adequadas, será racional para Brasília ambicionar uma ordem de grandes potências ou um concerto de grandes potências. Nesse caso, a meta primordial consistiria em ascender na hierarquia internacional dos Estados de modo relativamente independente das práticas políticas aplicadas e das estruturas mais ou menos institucionalizadas." <sup>78</sup>

Em outras palavras, segundo os formuladores da política externa nacional, estaria o Brasil mal situado dentro da dinâmica global e conseqüentemente estaria recebendo um espaço aquém do que teria direito pela ótica das instituições internacionais.

Em razão disso faria sentido ao país buscar uma associação com países que tinham configurações políticas e econômicas semelhantes e que pela

---

<sup>77</sup> VIZENTINI, P. F, Op. cit., p. 190.

<sup>78</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 408-409.

mesma razão estariam sendo prejudicados pelas estruturas tradicionais de poder que se valem do conservadorismo dentro das instituições internacionais para a conservação do *status quo* e de seus poderes.

O professor Daniel Fledes, se valendo do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, afirma nesse sentido que “A busca por autonomia 'deve levar à participação ativa do Brasil na criação e aplicação de normas internacionais que forem mais próximas dos valores e interesses brasileiros. ”<sup>79</sup>

Assim, nesse contexto o Brasil estaria se afastando da estratégia de potência média o que pode vir a ser extremamente prejudicial a suas estratégias políticas de médio e longo prazo.

Conforme Fledes “[...] O status de potência regional será visto no máximo como um trampolim em direção ao desejado status de grande potência.”<sup>80</sup> e com isso nosso corpo diplomático aponta para sérias dificuldades em se equacionar os interesses da América do Sul com os seus individuais e desta forma corre sérios riscos de se prejudicar emperrando sua evolução política internacional.

Portanto, concluímos que a diplomacia brasileira avalia que não haveria espaço para a formulação de estratégias que levem em consideração o contexto regional e que dessa forma seria ao país mais conveniente a adoção de políticas para o alcance de seus interesses políticos individualmente.

Destacadamente é importante lembrar que os países do G-3/IBAS, na medida em que buscaram o avanço de seus interesses e de sua posição, apontam para alguns sucessos: Talvez o maior deles tenha sido o da substituição do G-8 pelo G-20 como fórum de decisões políticas e econômicas principais do planeta, e também um apontamento no sentido de modesta reformulação no Fundo Monetário Internacional que amplie a representatividade dos países em desenvolvimento.

---

<sup>79</sup> FLEMES, D. apud GUIMARÃES, S. P., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 405. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>80</sup> FLEMES, D., **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global**. trad. Victor Coutinho Lage. p. 412. In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

Conforme afirma o professor Fletes:

"O G20 se tornará o novo conselho permanente para cooperação econômica internacional e essencialmente substituirá o G8, que continuará a se encontrar para discutir questões primordiais de segurança, porém portará reduzida influência".<sup>81</sup>

Entretanto merece destaque o fato de que não houve o resultado de uma formulação estabelecida por parte do IBAS que implicasse em profunda vantagem para o mundo em desenvolvimento como um todo o que torna questionável os verdadeiros interesses dos três países.

Parece-nos que estariam eles se valendo da estratégia de potências intermediárias, de "metas ambiente social"<sup>82</sup>, sobre as quais tratamos no primeiro capítulo para alcançar objetivos seus exclusivos.

Conclui assim também o professor Fletes, dizendo:

"Um breve olhar sobre o comportamento de política externa em algumas instituições globais selecionadas sugere que os elementos de potência intermediária são principalmente discursivos ou "estratégicos", ao passo que os elementos de grande potência são de fato os verdadeiros fins da política externa brasileira."<sup>83</sup>

E continua, ainda, alertando para a contradição de sua postura enquanto liderança regional, destacando os riscos subjacentes a ela:

"Por conseguinte, a abordagem global de Brasília consistiria basicamente em estratégia discursiva que destaca sua função representativa para o mundo em desenvolvimento, em geral, e sua

---

<sup>81</sup> IBIDEM. p. 415.

<sup>82</sup> IBIDEM. p. 412.

<sup>83</sup> IBIDEM. p. 427.

região, em particular, enquanto, concomitantemente, almeja tornar-se um membro do clube das grandes potências. No entanto, é mais provável que um discurso duvidoso não seja suficiente para alterar a distribuição de poder em seu favor e para torná-lo capaz de ser um formulador de decisão global."<sup>84</sup>

Corroborando nesse sentido o fato de que o IBAS não se demonstra um fórum que visa o benefício dos países subdesenvolvidos, mas sim um instrumento facilitador das políticas de seus associados apenas.

Por exemplo, ao passo que fracassaram as negociações na OMC em 2008, pois o G-3, na liderança do G-21, grupo de países exportadores agrícolas, traçou políticas sem levar em consideração os interesses dos países periféricos importadores de alimentos e assim obstaculizou qualquer possibilidade de acordo satisfatória.<sup>85</sup>

Em compensação, ao mesmo tempo, Índia, África do Sul e Brasil estavam cada vez mais ampliando sua capacidade e influências políticas dentro da OMC e em outros fóruns como o G-8 e o G-20, se colocando, assim, cada vez mais próximos de alcançar seu objetivo de passarem a ser consideradas enquanto "grandes potências".<sup>86</sup>

Até mesmo a estratégia de reformulação das instituições internacionais capitaneada pelo IBAS merece críticas, na medida em que suas propostas de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas não indicam uma plena democratização do contexto político internacional na medida em que seriam eles os verdadeiros beneficiados por tal mudança.<sup>87</sup>

Seguindo tal lógica seria muito mais interessante para uma efetiva ampliação de poder dos países subdesenvolvidos que fossem atribuídos à

---

<sup>84</sup> IDEM.

<sup>85</sup> IBIDEM. p. 414.

<sup>86</sup> IBIDEM. p. 414-415.

<sup>87</sup> IBIDEM. p. 415.

Assembleia Geral das Nações Unidas maiores poderes, em detrimento do Conselho de Segurança, qualquer que fosse a sua composição.<sup>88</sup>

Assim de fato a reforma das Nações Unidas seria democratizante, com consequências fundamentais para a evolução da distribuição de poder entre os países do mundo e não apenas uma forma de inclusão de mais alguns interessados no grupo excludente das "estruturas hegemônicas de poder"<sup>89</sup> que tradicionalmente comandam a política internacional global.

Portanto, é de se concluir que o G-3/IBAS manifesta-se muito mais como um mecanismo por meio do qual potências médias, se valem de um discurso de representatividade dos países periféricos e conseqüentemente de inclusão para buscar apoio e legitimidade a projetos políticos seus, que de modo geral não apontam para a produção de efeitos benéficos para a periferia da política internacional e ao contrário indicam apenas vantagens aos formuladores de tais estratégias.

Ou seja, Brasil, Índia e África do Sul se valem de um discurso democratizante do contexto político internacional meramente atingir um lugar dentro do grupo das grandes potências não trazendo vantagem alguma àqueles que a eles se associam, o que acaba por criar desconfiança e oposição a tais processos, colocando essa liderança em dúvida.

Portanto o resultado acaba por ser um profundo déficit de legitimidade das posições assumidas por esses países em nome do mundo subdesenvolvido, com o trágico resultado de que não se alcança efetivamente nenhuma mudança nos desenhos políticos internacionais, fazendo-se com que as potências hegemônicas acabem por se conservar como grandes concentradores do poder político decisório do planeta, sem que haja uma frente eficaz de enfrentamento a tal conjuntura.

Resta demonstrado de forma bastante elucidativa tal postura quando nos debruçamos sobre os processos de integração da América do Sul, que se

---

<sup>88</sup> IDEM.

<sup>89</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p.25.

encontram em profundo estado de estagnação e em algumas circunstâncias até mesmo de deterioração.

Isso, pois o Brasil se vale de tais processos integracionistas meramente com objetivos exclusivos sem querer que deles resultem altos níveis de institucionalização que demandem o estabelecimento de consensos regionais.

O Brasil busca na América do Sul basicamente a consolidação de um status de "mediador e estabilizador regional" que projete sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, sem que isso implique em maior envolvimento com as demais questões do desenvolvimento do Subcontinente da América do Sul.<sup>90</sup>

Nessa linha o país acaba por se afastar dos processos de integração da região, tratados seus vizinhos como aliados de segunda linha, se comprometendo pouco ou até mesmo em nada com o desenvolvimento local, colocando a soberania nacional como primado de suas posturas em política externa, o que acaba por retirar por completo a sua legitimidade enquanto liderança regional.

Tópico central dessa discussão está no fato de que o Brasil não se comporta como uma liderança disposta a efetivamente criar uma atmosfera vantajosa à integração.

Segundo coloca brilhantemente o professor Flemes:

"A hegemonia cooperativa (PEDERSEN, 2002) inclui a prontidão em compartilhar o poder em uma base permanente. Todavia, o Brasil não compartilha o poder com seus vizinhos em uma base permanente, uma vez que o Mercosul e a Unasul não possuem competências significativas. O Brasil possui papéis de liderança nessas instituições regionais sem estar preparado para as concessões econômicas ou a transferência de soberania para instituições regionais."<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 428.

<sup>91</sup> FLEMES, D., apud PEDERSEN, T., A visão brasileira da futura ordem global. trad. Victor Coutinho Lage. p. 427. In.: Contexto Internacional, Vol. 32, julho/dezembro 2010. p.403-436.

Ainda completa:

"O Brasil não apoia a consolidação institucional do Mercosul. Ao contrário, é o país que menos ratifica as resoluções do bloco. O fato de o Mercosul não ser hoje nem um mercado comum nem uma área de completo livre comércio é, em parte, uma consequência da política externa brasileira, que é muito mais focada na soberania nacional do que na integração do país em instituições regionais no longo prazo."<sup>92</sup>

Podemos perfeitamente compreender, portanto, que a diplomacia brasileira, assim como toda sua elite política e econômica consideram os processos de integração regional secundários dentro do universo de objetivos de nossa política externa valendo-se dos mesmos unicamente de acordo com suas conveniências momentâneas.

Nesse sentido podemos concluir que o Brasil, quando atua em fóruns como o IBAS, da maneira como vem atuando, corrompe seriamente as estratégias de criação de um ambiente social entre seus vizinhos e aliados regionais, ou, em outras palavras, desvirtuam a estratégia de potência média que permitiria ao mesmo a legitimidade de atuar politicamente em nome da América do Sul e consecutivamente acabaria por atribuir maior força e influência às posições assumidas por ele no cenário internacional, além, é claro, de apontar para diversas vantagens, como demonstramos no capítulo anterior.

Com isso, caminha inexoravelmente para a perda da legitimidade enquanto liderança regional o que traz como subproduto a perda de força para o enfrentamento das "estruturas hegemônicas de poder"<sup>93</sup> restando quase que no todo impossibilitado um plano de efetiva mudança da ordem política internacional.

---

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

<sup>92</sup> IDEM.

<sup>93</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

## CONCLUSÃO

A discussão a que se presta o presente trabalho é, sem dúvida alguma, por demasiado extensa e infelizmente não seria possível abordar aqui todas as nuances que mereceriam atenção em um estudo mais aprofundado.

Em razão disso buscou-se apontar apenas um caminho para a análise superficial da temática que envolve o posicionamento do Brasil enquanto partícipe no cenário político internacional de um mundo globalizado e multipolar, apontando o que, em nossa humilde opinião, viria a ser uma contradição entre o discurso e a prática da diplomacia nacional.

O mundo do pós Guerra-Fria caminhou para a consolidação dos processos de globalização, com um grande aumento dos fluxos de comércio, capitais, pessoas e informações. Concomitantemente pudemos perceber uma mudança nos quadros políticos e sociais do planeta, com o apontamento de novos centros de poder que passaram a buscar cada vez seu espaço dentro da nova dinâmica global.

Ao contrário do que se esperava inicialmente após a vitória sobre a União Soviética os Estados Unidos não mantiveram o poder global em uni polaridade, ao contrário, o que se intensificou foi o surgimento de novas lideranças com as quais se passou a uma divisão de poder e de espaços políticos no globo. Fenômeno que a doutrina conhece como multipolaridade.

Entretanto, não existe uma divisão igualitária e aberta dos espaços de poder no globo, muito ao contrário, grosso modo, as tradicionais grandes potências, a quem o embaixador Samuel Pinheiro nomeia de "estruturas hegemônicas de poder"<sup>94</sup> ainda conservam a maior parte da influência política e empreendem grandes esforços para se conservarem em suas posições de maiores centros de influência do planeta.

---

<sup>94</sup> IDEM.

E isso somente é possível, pois tais grandes potências são incomparavelmente mais dinâmicas em seus recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecno-científicos ou mesmo militares.

Em outras palavras, não existe capacidade no mundo para que ocorra competição entre as potências hegemônicas e demais países.

Dessa forma resta às novas potências, emergentes no plano internacional, às quais chamamos de potências médias, ou “potências intermediárias”<sup>95</sup>, pouca alternativa em sua busca por maior espaço e representatividade política do que uma estratégia cooperação e enfrentamento institucional.

Por meio desta estratégia, que o professor Daniel Fledes chama de “*middlepowermanship*”<sup>96</sup>, que se busca justamente a cooperação entre essas novas potências emergentes e demais países que se encontram marginalizados em relação às forças de mando político do cenário internacional para que, por meio de uma maior institucionalização e consequente fortalecimento das instituições internacionais, seja possível uma democratização do poder e da representatividade global e que assim os interesses dos países periféricos possam ser alcançados, ainda que não em toda medida imediatamente.

São as “metas de ambiente social”<sup>97</sup> que apontam para uma construção mais democrática e institucionalizada da política internacional, em que as potências médias atuariam como porta-voz dos interesses que não apenas os decorrentes de sua soberania, mas também aqueles dos demais países periféricos que a elas se encontrem ligados.

Desse modo haveria benefícios a todos, vez que as potências médias assumiriam um papel de transcendência na defesa dos interesses daqueles Estados que se vinculam a ela e conseguiriam, de tal forma, se firmar como lideranças concretas do mundo multipolar, efetivos centros emanadores de influência política.

---

<sup>95</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407.

<sup>96</sup> IDEM.

<sup>97</sup> IBIDEM, p.412.

Por outro lado, os países periféricos, que seguiriam ligados às potências médias, teriam assim melhores condições de viabilizarem seus pleitos ante os interesses das “estruturas hegemônicas de poder”<sup>98</sup>, estando, assim, menos suscetíveis às vulnerabilidades conjunturais e estruturais.

Com isso ocorreria uma distribuição mais equânime de poderes na política internacional, propícia ao desenvolvimento e à construção de agendas multilaterais para o futuro como a sustentabilidade e o combate à fome e à pobreza.

Partindo-se de tal premissa fica claro perceber que o Brasil se encontra na posição de potência média, vez que, apesar da robustez econômica e de seus potenciais recursos o país se enquadra perfeitamente em tal condição, pois ainda são patentes em nosso Estado as disparidades sociais internas e a concentração de renda; nossos níveis de educação e desenvolvimento científico ainda são relativamente baixos; nosso potencial militar ainda é relativo, em especial frente ao de grandes potências; e nossa economia ainda carece de maior dinamicidade.<sup>99</sup>

Enquanto potência média torna-se necessário para o Brasil que estabeleça suas conexões para que possa vir a exercer seu “*middlepowermanship*”<sup>100</sup>, ou seja, seu papel de liderança entre países periféricos para a maximização da sua influência e da dos países que a ele se associarem para a busca por maior espaço para suas demandas no cenário internacional.

Nesse sentido nenhuma região, a nosso ver, apresenta maiores vantagens comparativas do que a América do Sul. Como buscamos demonstrar, o subcontinente tem com um Brasil diversos pontos de interconexão econômica, política e social e assim representam, para nós, os aliados preferenciais em um cenário de multipolaridade.

É de se destacar que aqui existem já processos de integração regional dotados de relativo grau de institucionalidade, o que facilitaria e muito o

---

<sup>98</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

<sup>99</sup> IBIDEM. p. 15-23.

<sup>100</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 407.

aprofundamento das inter-relações entre os Estados Sul-americanos para o estabelecimento conjunto de agendas e interesses.

Além disso, o aprofundamento dos processos de integração regional, como apontamos, podem trazer diversas vantagens aos Estados que nele se envolvem em inúmeras áreas, desde a economia e a defesa até a ciência e tecnologia e o meio ambiente, passando essencialmente pelo fortalecimento ante vulnerabilidades externas.

Entretanto, mais recentemente, em razão de uma nova perspectiva para a diplomacia brasileira apontamos para novas estratégias de política internacional em detrimento dos processos de integração regional, que foram colocados em segundo plano.

Novas metas foram traçadas em nossa política internacional, visando uma maior proeminência do nosso país no cenário político global, marcada pela busca de um espaço maior dentro do rol das grandes potências, materializada mais claramente na busca firme por uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tendo em vista os maiores níveis de desenvolvimento econômico e sociais recentemente alcançados e também uma maior relevância atribuída aos países emergentes após o estouro da crise financeira internacional, o que se pode perceber é que os formuladores da política externa brasileira, em especial dos dois últimos governos, atribuem ao país um protagonismo que não encontra completa correspondência na realidade do contexto político global.

Assim a diplomacia nacional apontou para novas formas de se adequar à posição à qual de fato acreditava fazer jus o país dentro do contexto internacional.

O país modificou prioridades em termos de alianças estratégicas, buscando outros emergentes que se encontravam em condição semelhante, tais como Índia e África do Sul, em detrimento de suas alianças regionais da América do Sul.

Nesse contexto surge o fórum trilateral de cooperação Índia-Brasil-África do Sul, também chamado de G-3 ou IBAS, ou IBSA (em inglês).

O fórum IBAS surgiu como uma aliança estratégica de países em desenvolvimento que comungam de determinados valores políticos e têm certas semelhanças estruturais, conseqüentemente têm suas políticas internacionais convergindo em diversos pontos.

Esse foi o instrumento criado por esses países para pressionar as forças tradicionais de poder a implementarem reformas que os incluiria dentro do rol de potências, lhes atribuindo conseqüentemente maior poder e influência dentro da ordem internacional.

Entretanto tal estratégia carrega em seu âmago profundas contradições, ao passo que os formuladores da política externa dos partícipes do IBAS trazem em seu plano um discurso de defesa do mundo subdesenvolvido e a necessidade de uma democratização da política internacional, mas, em compensação, apenas desejam que ocorra um reajuste da dinâmica de relações internacionais, de modo a poderem ser enquadrados dentro do grupo das grandes "estruturas hegemônicas de poder".<sup>101</sup>

Assim, a estratégia política do fórum IBAS não se apresenta como inclusiva e universal, mas na verdade apenas se vale de um discurso progressista de busca por mudanças concretas na ordem internacional e de maior democratização para beneficiar seus associados.

É exatamente por essa contradição na formulação da estratégia política do IBAS que o fórum acaba por ser excludente, não recebendo apoio de demais países periféricos, levando ao esvaziamento de antigas alianças regionais e ao conseqüente fracasso das estratégias de potências médias dos países emergentes.

Com o Brasil é exatamente o que ocorreu, uma vez que apesar dos processos de integração regional, em especial o MERCOSUL e a UNASUL, terem, do ponto de vista histórico, ajudado inicialmente na superação e barreiras existentes no subcontinente o fato é que nos últimos anos eles foram

---

<sup>101</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

colocados de lado com graves e até talvez irreversíveis prejuízos ao bom relacionamento com os demais países da América do Sul.

O Brasil é o país mais desenvolvido de toda América do Sul, conseqüentemente seria aquele país que mais se beneficiaria dos processos de integração da região, tanto política quanto economicamente. Entretanto o país não tem o menor interesse em arcar com os ônus de tal posição e tenta extrair da região o máximo de benefícios possíveis em detrimento dos menores custos empreendidos.

É consenso entre os doutrinadores o fato de que o sucesso dos processos de integração regional dependem essencialmente da superação das assimetrias regionais e que o Brasil precisa ser o país que mais contribui nesse sentido, caso contrário acabarão todos eles na estagnação ou até mesmo na ruína completa.

É preciso que se estabeleçam na América do Sul mecanismos de efetiva cooperação econômica e democratização institucional e política em contraposição aos instrumentos retóricos e inócuos hoje estabelecidos na região para que a liderança política brasileira seja legitimada e assim esteja ele agindo de forma condizente com a estratégia de potência média que lhe deve ser característica.

A criação das "metas de ambiente social"<sup>102</sup> na América Latina depende de ações claras da diplomacia e da elite política e econômica de nosso país para além do discurso falacioso e redundante que não traz benefício algum, ao contrário, é um incentivo à dúvida e desconfiança acerca dos verdadeiros interesses que temos em relação a nossos vizinhos.

Nesse sentido cabe destacar claramente a contradição entre o discurso da diplomacia e sua prática, na medida em que busca a defesa de uma união dos países subdesenvolvidos, mas não se demonstra disposto a assumir os encargos do desenvolvimento dos países que a nós se associam.

A incapacidade da diplomacia brasileira, em perceber a importância da integração regional, não empreendendo nos países vizinhos os esforços e

---

<sup>102</sup> FLEMES, D., Op. cit., p. 412.

recursos necessários ao desenvolvimento contínuo, conjunto e sustentado de toda a América do Sul, em conjunto com sua insistência apenas em priorizar ações como o IBAS, que visam sua inclusão no rol das "estruturas hegemônicas de poder", <sup>103</sup>para além de contraditórias trazem consequências práticas nefastas.

Na medida em que seu discurso destoava de sua prática o país apenas atraiu desconfiança e resistência à sua liderança, o que ficou evidente na América do Sul em razão da perda de espaço para Washington entre possíveis aliados, seja na esfera econômica em que Chile, Peru e Colômbia preferiram optar por tratados de livre comércio com os Estados Unidos ao invés de aderirem ao MERCOSUL como membros plenos, seja na esfera da defesa com a instalação de bases militares norte-americanas na Amazônia colombiana.

Dessa forma, fica demonstrado que a falta de coesão entre os países subdesenvolvidos, causada por estratégias políticas contraditórias como a que o Brasil vem desempenhando para com a América do Sul, acaba por beneficiar enormemente às grandes potências que conseguem se valer da desunião entre os Estados periféricos para assegurarem a manutenção da ordem vigente e de suas redes de poder e influência.

E é justamente por essa razão que até mesmo os interesses de política externa dos países do IBAS acabam por não lograr êxito pleno.

É importante destacar que não pretendemos dizer que ao Brasil apenas resta como opção de política externa a integração regional, mas sim que, levando em consideração o contexto em que se insere o país e também as claras vantagens que se atribui à integração regional e para que se mantenha o país coerente à estratégia de potência média que lhe é mais adequada nesse contexto global, levando em conta seu real status político no mundo, a integração com a América do Sul deve ser a prioridade estratégica do país.

Lembrando que o legítimo processo de integração é aquele em que o país, na posição de líder, assume de forma efetiva e ampla os ônus e custos do amparo a seus parceiros estratégicos.

---

<sup>103</sup> GUIMARÃES, S. P., Op. cit., p. 25.

Até mesmo, porque assim o Brasil estaria de fato promovendo uma política de efetiva reforma e democratização dos espaços políticos globais, assumindo o papel de justa liderança entre os sul-americanos.

Concluimos, portanto, a importância da integração regional para o sucesso da estratégia política de potência média brasileira e para o sucesso de sua melhor inserção no cenário político internacional.

## REFERÊNCIAS

BARALDI, Camila; VENTURA, Deisy. **A UNASUL e a nova gramática da integração sul-americana.** Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/17386/>>. Acesso em 27 de julho de 2013.

COLLOR, Fernando. **Mercosul: da concepção à consolidação institucional.** In.: Política Externa. Ed. Paz e Terra. São Paulo. Vol. 20. nº 1. junho/julho/agosto, 2011. p. 91-97.

**Departamento autônomo de águas e esgoto de Araraquara.** Disponível em: < <http://www.daaearaquara.com.br/principal.htm> >. Acesso em 27 de julho de 2013.

FLEMES, Daniel. **A Visão Brasileira da Futura Ordem Global.** In.: Contexto Internacional, Vol.32, julho/dezembro 2010, p. 403-436, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2013.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** 4 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

**International Centre for Trade and Sustainable Development, Pontes: informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável.** Disponível em < <http://ictsd.org/news/pontesquinzenal/> >. Acesso em 18 de julho de 2013.

**Ministério das Relações Exteriores.** <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

PEÑA, Félix. **Uma perspectiva sobre o futuro do Mercosul.** In.: Política Externa. Ed. Paz e Terra. São Paulo. Vol. 20. nº 1. junho/julho/agosto, 2011. p. 99-106.

VAZ, Alcides Costa. **O Brasil e o Sistema Interamericano: dos anos 1990 até o presente.** In.: **Relações internacionais do Brasil temas e agendas.** LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de, organizadores. Ed. Saraiva. São Paulo. Vol. 2. 2006. p. 43-73.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 E O G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais.** In.: **Relações internacionais do Brasil temas e agendas.** LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. de, organizadores. Ed. Saraiva. São Paulo. Vol. 2. 2006. p. 159-193.

**Wikiquote.** < [http://pt.wikiquote.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikiquote.org/wiki/P%C3%A1gina_principal)>. Acesso em 23 de julho de 2013.